

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Em nome da Liberdade

A ironia da política portuguesa assinalou o primeiro ano da invasão à Ucrânia com um deslize do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao anunciar, com o desconhecimento dos deputados, que Lula da Silva iria discursar nas cerimónias do 25 de Abril na Assembleia da República.

Já não bastava a pérfida cegueira do PCP na submissão ao seu líder louco carniceiro de Moscovo, agora temos os responsáveis soberanos a decidir, nas costas dos representantes do povo, quem sobe ao palco do Dia da Liberdade.

Marcelo e António Costa, desde há algum tempo, andam fora deste mundo, focados que estão nos seus egos da popularidade política.

Se querem honrar a Liberdade, convidem o herói dela, o Presidente Zelensky, em vez de um Chefe de Estado que se recusa a apoiar a Ucrânia e nunca condenou a invasão da Rússia.

Aos incautos (i)responsáveis do Estado português, o mínimo que se pede é um pouco de decência e mais bom senso.

Em nome da Liberdade.

Mais 62 milhões a voar

É preciso que os cidadãos saibam para onde está a ir o dinheiro dos seus impostos e porquê.

O escrutínio público é fundamental para uma democracia saudável e mais robusta.

Os partidos parlamentares fiscalizam a acção do governo e a comunicação social escrutina ambos.

É esta a essência da democracia e é mais ou menos assim que temos vivido nas últimas décadas.

Esta semana o PS veio denunciar que o governo não tinha injectado na SATA os 62 milhões de euros que já tinha anunciado no ano passado, quando a verdade é que estes 62 milhões já estão nos cofres da SATA e vão ser convertidos em capital social.

Ora, é bom que os cidadãos saibam que esta conversão significa que nós, contribuintes, nunca mais os vamos ver.

São mais 62 milhões a juntar a outros tantos milhões que vamos ter que pagar pelos desmandos que fizeram na SATA.

A ironia disto tudo é que foi o próprio PS e os seus governos os grandes culpados pelo descalabro na gestão da SATA e agora estão preocupados com as contas da empresa.

Acordaram tarde, pois já deviam ter feito este escrutínio nos governos anteriores, a começar pelo famoso negócio ruinoso do avião “cachalote”, que vai ficar gravado nas consciências dos seus responsáveis.

E, claro, no bolso dos contribuintes.

O cabo da discórdia

Um outro escrutínio que é preciso fazer, com todo o rigor, é o do processo dos novos cabos submarinos.

Já todos percebemos que ele está envolto numa grande embrulhada, como é normal com os nossos políticos, e recheado de coisas mal esclarecidas.

O Eng. João Quental Mota Vieira tem vindo a desenvolver um verdadeiro acto de cidadania ao levantar uma série de questões que nunca são respondidas com fundamento técnico, culminando agora com uma petição pública para obrigar o parlamento regional a discutir o assunto.

É uma acção meritória, também de escrutínio público, até por-

que, como muito bem refere aquele antigo responsável pelos cabos submarinos em S. Miguel, é de estranhar o silêncio dos deputados de S. Miguel sobre este assunto, nomeadamente os do PSD, se é que o PSD de S. Miguel ainda existe...

O Governo Regional veio dizer que a amarração em duas ilhas dão mais resiliência, o que é de louvar.

Mas a questão é outra: porque é que nas duas amarrações, a mais importante, que liga directamente ao Continente, passa de S. Miguel para a Terceira?

Esta é que é a grande questão.

Ainda ninguém explicou quais são as vantagens de tirar de S. Miguel a amarração principal, como acontecia nestes últimos 24 anos, e passar para outra ilha.

Não é a Terceira que está em causa. Fosse para qualquer outra ilha, era preciso explicar o porquê desta alteração, coisa que ainda ninguém fez.

Se é verdade que das 12 conclusões a que chegou o grupo de trabalho da ANACOM, nenhuma refere a transferência da amarração de S. Miguel para outra ilha, como é que aparece no meio deste processo esta mudança?

Quem a ordenou?

Alguém com muito poder deve ter influenciado esta mudança não prevista tecnicamente.

Já estamos habituados a que, neste país, se movimentam interesses pouco claros nos bastidores destes processos nebulosos.

Não podemos aceitar que este seja mais um.

Urge e apoiamos o debate transparente que se impõe.

Mais obras paradas

Já aqui previmos que tudo o que estiver ao alcance do governo da República para fazer na região é para esquecer.

Os sinais são evidentes e todos percebemos, pelas visitas arrogantes dos ministros, nas últimas semanas, que o governo de António Costa está disposto a boicotar o mais que puder tudo o que se destinar para a “região da coligação”.

O padrão é comum a todas as obras da responsabilidade do Estado: deixar apodrecer até cair, como acontece com os tectos dos tribunais, das esquadras da polícia e por aí fora.

Já existe um rol de compromissos nunca cumpridos, outros adiados e atrasados, como o caso da cadeia da bagacina, a falta de solidariedade com os estragos do furacão Lorenzo, a incapacidade de alterar o sistema de subsídio de mobilidade, a falta de apoio à Universidade dos Açores, a ausência de recursos humanos e meios para as forças de segurança, o atraso nos cabos submarinos e um nunca mais acabar.

Agora surge mais um “esquecimento”, o do cais NATO, no porto de Ponta Delgada, como denunciámos na edição de ontem.

Não surpreende este abandono do pior primeiro-ministro em relação às Regiões Autónomas.

O que se estranha é os seus apoiantes, sentados na Assembleia da República, ainda terem o desplante de cantarem loas a este (des)governo centralista, que castiga permanentemente as Autonomias.

Convém estar de olho bem aberto até às próximas eleições e o que vão prometer em cima das promessas até agora nunca cumpridas.

É já no próximo ano, para as europeias, que marcamos encontro com o respectivo ajuste de contas.